



## Conselho Nacional de Política Energética - CNPE

---

### MEMÓRIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: 28 de Abril de 2011

Horário: 10h30m – 12h30m

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

#### 1. ABERTURA

O Presidente do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, Ministro Edison Lobão, fez a abertura da 22ª Reunião Ordinária.

Após a leitura da pauta, foi destacada a importância dos temas previstos para serem debatidos e deliberados durante a reunião.

#### 2. 11ª RODADA DE LICITAÇÕES DE BLOCOS EXPLORATÓRIOS DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

O Secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, Marco Antônio Almeida, fez a apresentação do tema aos membros do CNPE, relatando, inicialmente, que o objetivo da realização da 11ª Rodada de Licitações é dar continuidade ao processo exploratório no País, proporcionando a manutenção das atividades de exploração e produção em bacias maduras, além de ampliar o conhecimento sobre o potencial das bacias sedimentares de novas fronteiras.

Entre outras diretrizes consideradas na proposta elaborada para essa licitação está a orientação de não contemplar blocos localizados sobre o Pré-Sal e adjacências ou em bacias com grande potencial de descobertas, o estímulo à indústria nacional, por meio da exigência de conteúdo local como critério de julgamento das ofertas e o incremento das atividades na margem equatorial do País.

O Secretário informou que os critérios para julgamento das propostas oferecem peso de 20% para conteúdo local, 40% para programa exploratório mínimo e 40% para bônus de assinatura.

Em resumo, a 11ª Rodada de Licitações ofertará 174 blocos exploratórios, dos quais 87 em terra e os outros 87 no mar, totalizando uma área de 1222,7 mil km<sup>2</sup> de área a ser explorada. O certame será realizado sob as regras do regime de concessão, envolvendo blocos localizados nos estados do Maranhão, Ceará, Espírito Santo, Amapá, Piauí, Pará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia (Quadro Anexo).

Foi informado que o cronograma previsto para a realização da licitação no ano de 2011 prevê divulgação das áreas a serem ofertadas no dia 29 de maio, publicação do pré-edital, minuta de contrato e disponibilização do pacote de dados no dia 3 de junho, publicação do edital e do contrato de concessão no dia 9 de junho e apresentação das ofertas no dia 12 de setembro. A assinatura dos contratos de concessão está prevista para o mês de dezembro.

O Secretário Marco Antônio enfatizou que na definição dos blocos também foi considerada as questões socioambientais, inclusive com anuência dos órgãos de licenciamento.

A representante do Ministério do Meio Ambiente - MMA, por sua vez, alertou que estudos preliminares realizados pelas equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA nas áreas previstas para os estados do Maranhão e Piauí indicaram dificuldades de licenciamento. No entanto, ponderou que não há nenhum óbice para a realização da rodada.

O Diretor Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP, Haroldo Borges Rodrigues Lima, destacou a importância da retomada das rodadas de licitações para o País. Informou que a interrupção por 2 (dois) anos de oferta de blocos exploratórios paralisou as atividades das indústrias desse segmento, impondo restrições ao aumento da capacidade de produção.

O Presidente do Conselho, após os debates, submeteu à aprovação dos membros do CNPE a proposta de realização da 11ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural.

A proposição foi aprovada por todos os membros presentes à Reunião e, na sequência, será transcrita em formato de resolução para ser encaminhada à Presidência da República para aprovação.

### **3. POLÍTICA PARA PARTICIPAÇÃO DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NAS ATIVIDADES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL**

A Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis – SPG, por intermédio do Secretário Marco Antônio, fez a apresentação do tema, inicialmente destacando a distância que existe na participação de pequenas e médias empresas nos mercados de petróleo e gás natural entre os Estados Unidos e o Brasil. Enfatizou que naquele país existem cerca de 23 mil pequenos produtores de petróleo e gás, que respondem por aproximadamente 40% da produção americana.

Ao fazer o histórico do tema, o Secretário esclareceu que, por força da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, que definiu em seu art. 65, que “O Poder Executivo estabelecerá política e medidas específicas visando ao aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e

produção de petróleo e gás natural.”, realizou uma série de reuniões com órgãos de governo, agência reguladora e entidades representativas da área de petróleo e gás natural, para colher subsídios para elaborar uma proposta de política para o assunto.

Além de reuniões, informou que promoveu um seminário e visitas de técnicos de governo a campos operados por pequenos produtores nos Estados da Bahia, Sergipe e Rio Grande do Norte. Reconheceu, na oportunidade, que essas atividades foram fundamentais para consistir a proposta que ora está sendo apresentada.

O objetivo da proposta é de aumentar a oferta de áreas de exploração e produção de petróleo e gás natural, de modo a evitar que as empresas de pequeno e médio porte parem suas atividades.

As medidas apresentadas aos membros do Conselho propõem critérios objetivos para enquadramento das empresas como de pequeno e médio porte, adequação do modelo do contrato de concessão e dos editais das rodadas de licitações, compatibilizando-os com o perfil dessas empresas, o desenvolvimento de empresas locais prestadoras de serviços de mão de obra, criação de centrais de equipamentos e ferramentas e de tratamento, transporte, armazenamento e refino, interlocução com os órgãos responsáveis para aumentar a agilidade, a eficiência e a transparência no processo de licenciamento ambiental e a reativação e ampliação dos Campos Escola para treinamento de pessoal e desenvolvimento de empresas.

Uma das principais medidas propostas no trabalho apresentado está a realização de rodadas de licitações, com periodicidade semestral, para pequenas e médias empresas, de maneira a acelerar a participação dessas empresas no mercado de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, maximizando a recuperação de recursos petrolíferos, gerando empregos e distribuindo renda no País.

Com o objetivo de verificar permanentemente se as políticas propostas estão produzindo resultados efetivos e propor medidas e estudos complementares sobre o tema, foi proposta a criação de uma Comissão para acompanhamento e aprimoramento da política.

Os membros representantes da Casa Civil da Presidência da República, Beto Ferreira Martins Vasconcelos, e dos Estados e do Distrito Federal, Secretário de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte, Benito da Gama Santos, elogiaram o trabalho desenvolvido pela equipe da SPG.

O membro representante da ANP teceu comentários sobre as medidas apresentadas, destacando a relevância da decisão e sua importância para a reorganização e equilíbrio do mercado de petróleo e gás natural no Brasil.

O Presidente do Conselho, antes de submeter as medidas propostas à deliberação dos membros do CNPE, destacou que a proposta vem ao encontro das ações do Governo Federal de fortalecimento da cadeia produtiva desenvolvida pelas pequenas e médias empresas.

As medidas propostas foram aprovadas por todos os membros presentes à Reunião e, na sequência, será transcrita em formato de resolução para ser encaminhada à Presidência da República para aprovação.

Em tempo, foram registradas solicitações para que todos os órgãos de governo diretamente envolvidos com o tema participem da Comissão e do desenvolvimento final do trabalho, em especial representante dos Estados e Distrito Federal.

#### **4. NÚMERO DE SUBMERCADOS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL – RESOLUÇÃO CNPE Nº 01/2011, DE 25 DE MARÇO DE 2011.**

O Secretário de Energia Elétrica, Ildo Wilson Grudtner fez a apresentação do tema, conceituando inicialmente o Sistema Interligado Nacional – SIN para melhor entendimento dos membros do Conselho.

Informou que no ano de 2002, por meio da Resolução CNPE nº 6/2002, o Conselho solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL que regulamentasse a redução do número de submercados, a partir de 1º de janeiro de 2003, de quatro para dois.

Porém, uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Federal, questionando a unificação dos submercados, suspendeu as providências de redução dos submercados após a concessão de medida liminar, em 05 de dezembro de 2002, pelo Juízo da 5ª Vara da Justiça Federal de São Paulo.

A decisão, à época, não criou distorções no mercado de energia elétrica. Pois, na verdade, houve uma ratificação da configuração do SIN em quatro submercados.

Para encaminhamento do assunto junto à Justiça e visando fundamentar tecnicamente a decisão foi criado um Grupo de Trabalho - GT, no âmbito da Comissão Permanente para Análise de Metodologias e Programas Computacionais do Setor Elétrico – CPAMP, para apresentar uma avaliação técnica dos impactos da agregação dos submercados de energia elétrica na comercialização da energia, no planejamento da operação e no planejamento da expansão do sistema.

O Secretário Ildo Grudtner relatou que a agregação dos submercados em pares, Sul – Sudeste / Centro Oeste e Norte – Nordeste, implicaria numa distorção do despacho físico em relação ao despacho comercial, ocasionando, sobretudo um aumento no ESS pago por todos os consumidores. Afirmou, ainda, que o tema tem reflexos diretos na regulação e expansão do sistema, bem como na comercialização de energia elétrica, impactando os resultados do mercado de curto prazo e influenciando na definição das estratégias comerciais dos Agentes.

Ao final, expôs que, com base nos resultados dos estudos realizados e tendo em vista a existência de discussão no Judiciário sobre a questão, o GT recomendou que o número de submercados do SIN fosse mantido em quatro, conforme configuração

atual. Recomendou, ainda, que deve haver um aprofundamento dos estudos visando a definição de premissas e critérios que possam determinar de forma objetiva os submercados e suas fronteiras.

O membro representante da Casa Civil, Beto Vasconcelos, solicitou informações acerca do processo na Justiça e também sobre a composição do GT. As informações foram prestadas pelos representantes do MME, apoiado pela Chefe da Consultoria Jurídica do Ministério.

O Presidente compartilhou com os membros do Conselho a Resolução CNPE nº 01/2011, de 25 de março de 2011, aprovada *ad referendum*, nos termos do art. 14, parágrafo único, do Regimento Interno do CNPE, informando que a mesma aguarda na Presidência da República para posterior publicação.

## **5. SMART GRID – REDE ELÉTRICA INTELIGENTE**

O Secretário de Energia Elétrica apresentou os resultados dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria MME nº 440, de 15 de abril de 2010, com o objetivo de analisar e identificar ações necessárias para subsidiar o estabelecimento de políticas públicas para a implantação do Programa Brasileiro de Rede Elétrica Inteligente – *Smart Grid*.

A apresentação abordou, entre outros pontos, a definição do termo smart grid, a nova estrutura de rede elétrica, incorporando agora os conceitos de rede inteligente, sistemas de medição, além de apontar os benefícios para os consumidores, órgão regulador e distribuidoras.

Para o País, o Secretário apontou os seguintes benefícios: aumento da confiabilidade e segurança da rede; criação de empregos e especialização de mão de obra; introdução de mais fontes de energia renováveis, protegendo o meio-ambiente; postergação de implantação de novas usinas; aumento na satisfação do consumidor e da população em geral; e aumento da produção na indústria.

Sobre a governança de todo o processo, o Secretário informou que a base da pirâmide é a Política Governamental, com a definição das diretrizes sobre o Plano.

Foi relatado que o *ISGAN - International Smart Grid Action Network* é o organismo mundial que concentra as ações de *smart grid*. Por intermédio desse fórum os países membros trocam informações e cooperações para acelerar o processo de implantação das redes elétricas inteligentes. Dezesesseis países fazem parte desse órgão e ações devem ser empreendidas para que o Brasil faça parte desse importante fórum de debates e de intercâmbio.

O representante da ANEEL participou dos debates prestando informações sobre as ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito da agência reguladora. Comunicou

que o projeto tem repercussões em vários segmentos, com reflexos diretos na indústria de equipamentos e serviços de tecnologia da informação.

O membro representante do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC comentou o tema, destacando que a demanda por equipamentos e instrumentos de medição tem impactos diretos na indústria brasileira.

O membro representante do MMA reconheceu que o projeto está alinhado com a política de desenvolvimento sustentável do País, pois traz ganhos com a eficiência energética, redução de perdas e utilização de fontes renováveis de energia.

O Presidente do CNPE informou aos presentes que será dada continuidade aos estudos visando, numa etapa posterior, apresentar ao Conselho, política e diretrizes para nortear a implementação das redes inteligentes no sistema elétrico brasileiro.

## **6. ESTUDO PARA PROPOSIÇÃO DE POLÍTICA DE CONTEÚDO LOCAL, NO ÂMBITO DO SETOR ELÉTRICO.**

A Chefe da Assessoria Econômica do MME, Marisete Dadald, relatou o tema informando que está ocorrendo um aumento expressivo da participação de empresas internacionais em obras de infraestrutura no Brasil, notadamente nos segmentos de energia elétrica, petróleo e mineração. Esta ação está acarretando maior participação de equipamentos importados nas instalações, empregando mão de obra estrangeira, em detrimento à indústria nacional.

Destacou que no segmento de petróleo e gás natural, desde 2003, foi adotado índice de conteúdo local como critério de julgamento de ofertas em rodadas de licitações da ANP. Já no segmento de mineração, solução idêntica foi proposta no novo marco regulatório.

No setor elétrico não há previsão para adoção desse tipo de mecanismo para contratação e construção de vultosas obras de infraestrutura, como, por exemplo, as usinas hidrelétricas dos rios Madeira e Teles Pires e as linhas de transmissão que compõem a rede básica.

Desta forma, enfatizou que é necessário estabelecer política para preservar o fornecimento local de bens e serviços utilizados nas atividades de construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, geração e distribuição de energia elétrica.

Durante a apresentação, relatou-se que foram realizadas, ao longo de 2010, reuniões de trabalho com representantes da ANEEL, Ministério da Fazenda – MF, MDIC e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para tratar do tema e a posição preliminar dos órgãos é favorável à adoção, a exemplo dos setores de petróleo e gás natural e mineração, de mecanismos de conteúdo local no âmbito do setor elétrico.

Por fim, foi proposta a criação de Grupo de Trabalho para estudar e propor uma política e diretrizes sobre o assunto, proposta aprovada por unanimidade pelos membros do CNPE.

## **7. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO BRASIL**

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, Altino Ventura, fez uma apresentação sobre a eficiência energética no Brasil.

A exposição contemplou um histórico dos principais programas e seus resultados, a atuação do Comitê Gestor de Índices de Eficiência Energética, criado pela Lei nº 10.295 e Decreto nº 4.059, ambos de 2001 e o atual estágio do Plano Nacional de Eficiência Energética - PNEf.

Especificamente em relação ao PNEf o Secretário Altino Ventura informou que a Consulta Pública da versão inicial do Plano recebeu 78 contribuições de organizações. Após a revisão da versão inicial, com a incorporação das contribuições recebidas, o Plano está pronto para ser detalhado num Plano de Trabalho Plurianual, com ações de implementação dos programas de energia elétrica.

Entre outras estratégias de atuação estão elencadas a multiplicação das experiências positivas no Brasil e no exterior, a ampliação do Programa de Etiquetagem, ações na área de educação e treinamento, além de monitoramento e acompanhamento das metas.

As diretrizes que estão sendo elaboradas preveem estímulo para eficiência energética no setor industrial, por exemplo, por meio de crédito diferenciado, atuação conjunta do PROCEL e CONPET, a eficiência energética em edificações, inclusive em prédios públicos, introdução do tema nos currículos de engenharia, arquitetura, administração e economia e ampliação da etiquetagem a outros produtos, incluindo equipamentos industriais com potencial de economia.

Ao final, o Secretário informou que o grupo de trabalho, coordenado pelo MME, apresentará, até agosto de 2011, esse Plano de Trabalho para o período de 2012 – 2014.

## **8. ENCERRAMENTO**

O Presidente do Conselho, Ministro Edison Lobão, agradeceu a participação de todos, destacando o elevado espírito público dos membros do CNPE durante os debates dos temas da pauta.

Ao final, fez um balanço das deliberações, enfatizando suas importâncias para o desenvolvimento energético e para a geração de empregos e renda no País.